

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/36085	21639/2025	Legalização de operação urbanística - #G0148#
Unidade Administrativa		
DU - DAT [SAIDAS]		
Propósito		
Expediente Geral \ Presidente - DU - Legalização		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

O deferimento do pedido de legalização apresentado;

Que se notifique o requerente das seguintes condições, do pedido que deu entrada através do requerimento sob o registo n.º 2025-E-RE-11017, com a dispensa dos elementos ao abrigo do artigo 102º-A do RJUE, deverá o processo ser enviado para o serviço de taxas, para liquidação do alvará de legalização

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

Defiro o pedido de legalização apresentado ao abrigo do presente processo, nos termos e condições impostas pela informação e despachos que antecedem.

À reunião de Executivo para deliberação, no âmbito do artigo 33º da Lei n.º75/2013, de 12 setembro na sua redação atual.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



PROCESSO: 21639/2025

REGISTO DE ENTRADA: 2025-E-RE-11017 / 16/05/2025

LOCAL DA OBRA: Rua da Batoca, nº 13, União de Freguesias de Este (S. Pedro e S. Mamede)

ASSUNTO: Legalização de operação urbanística

1. PRETENSÃO E CONTROLO PRÉVIO APLICÁVEL

- 1.1. O requerente, através do registo de entrada n.º 2025-E-RE-11017, de 16/05/2025, apresenta um pedido de **legalização de obra de edificação e emissão de licença** referente à um anexo e de um alpendre de apoio à moradia unifamiliar, a levar a efeito no prédio sito na Rua da Batoca, nº 13, lote 49, do loteamento titulado pelo Alvará n.º 73/90, União de Freguesias de Este (S. Pedro e S. Mamede) que incide sobre o prédio descrito na 1.ª Conservatória do Registo Predial de Braga sob o n.º 281/19951018, inscrito na matriz de natureza urbana sob o artigo n.º 1190.
- 1.2. Nos termos do disposto no n.º 2 do Artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, a presente operação urbanística está sujeita ao controlo prévio de licenciamento de obras de edificação por se enquadrar na alínea c) obras de construção, de alteração ou de ampliação em área não abrangida por operação de loteamento ou por plano de pormenor.

2. ANTECEDENTES:

Para o local da pretensão localizaram-se os seguintes antecedentes:

- Processo n.º 1/1997/12116/0
- Alvará de loteamento nº 73/90

3. INSTRUÇÃO DO PROCESSO:

- 3.1. Analisados os elementos constantes do presente processo constata-se que o presente pedido de licenciamento de obras de edificação se encontra corretamente instruído de acordo com as normas instrutórias aplicáveis nos termos do Capítulo I e n.º 15, do Capítulo III, do Anexo I da Portaria 113/2015, de 22 de abril e Artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, como verifica a informação técnica n.º. da DPU.

4. PARECERES INTERNOS E/OU ENTIDADES EXTERNAS

- 4.1. A proposta não carece de pareceres internos nem externos.

5. ANÁLISE DA PRETENSÃO SEGUNDO O PDM EM VIGOR:

- 5.1. **Enquadramento:**
- 5.2. A operação urbanística propõe uma obra de edificação em área do loteamento titulado pelo alvará n.º 73/90.
- 5.3. **Análise Urbanística:**
- 5.4. O projeto apresentado enquadra-se nas disposições legais e regulamentares em vigor e descrevem-se do modo seguinte:
- 5.5. Trata-se da legalização de um anexo e de um alpendre de apoio à moradia unifamiliar.



5.6. O projeto cumpre as prescrições da alteração n.º 1, do Alvará de Loteamento n.º 073/90.

6. ANÁLISE REGULAMENTAR:

6.1. Análise Regulamentar:

6.2. A declaração de responsabilidade do autor dos projetos, nos termos do n.º 8 do art.º 20.º do RJUE, no que diz respeito aos aspetos interiores, constitui garantia bastante do cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, excluindo a sua apreciação prévia.

6.3. O Plano de Acessibilidades, conforme previsto no Decreto-Lei n.º 163/2006 de 8 de agosto, está acompanhado de termo de responsabilidade do seu autor a atestar a conformidade da execução da operação urbanística com o Decreto e demais normas legais e regulamentares aplicáveis, o que dispensa a Câmara da sua Apreciação prévia, nos termos do artigo 3º, n.º 2, da redação em vigor do referido diploma

6.4. Conforme previsto na alínea a) do número 5 do Artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 101-D/2020, de 7 de dezembro, a verificação dos requisitos mínimos de desempenho energético relativos às componentes da envolvente opaca e da envolvente envidraçada, definidos no projeto de arquitetura, é assegurada pelo técnico autor do Projeto de Arquitetura.

6.5. O coordenador de projeto deverá assegurar os deveres enunciados no Artigo 9.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, alterada pela Lei n.º 40/2015 de 1 de junho, com a especial relevância na compatibilização dos projetos da engenharia das especialidades com a imagem exterior proposta no projeto de arquitetura, quer na utilização de processos construtivos, quer na integração de equipamentos.

6.6. Deverá ainda ser cumprido o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 6 de abril, na sua redação atual, diploma que disciplina o serviço de recetáculos postais e estabelece as normas a observar na sua instalação, utilização e conservação.

7. PROPOSTA DE DECISÃO:

7.1. Face ao atrás exposto propõe-se:

7.2. O deferimento do pedido de legalização apresentado;

7.3. Que se notifique o requerente das seguintes condições, do pedido que deu entrada através do requerimento sob o registo n.º 2025-E-RE-11017, com a dispensa dos elementos ao abrigo do artigo 102º-A do RJUE, deverá o processo ser enviado para o serviço de taxas, para liquidação do alvará de legalização.

7.4. Nos termos do n.º 1, do artigo 74.º da redação em vigor do RJUE, dever-se-á informar o requerente que o recibo de pagamento das taxas legalmente devidas, constitui condição de eficácia da licença.

DOCUMENTO ASSINADO ELECTRONICAMENTE

